

Testemunho: a psicanálise e a história se encontram

Bernard Miodownik¹

Vera Vital Brasil²

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2022.

Olá, Vera.

Agradeço às editoras da **TRIEB** pelo convite para iniciar essa interlocução com você, a quem tenho a satisfação de conhecer agora, assim como ao seu trabalho institucional e clínico. A nossa conversa se fará a partir de uma característica específica de testemunho que é sobre a violência de Estado ou de uma estrutura sociocultural que implica em segregação e exclusão de indivíduos ou grupos e, também, em perpetrar sofrimentos físicos, quando não eliminação deles através de assassinatos e genocídios.

Começo falando dos testemunhos que tenho maior conhecimento e envolvimento emocional. Sou judeu, filho de imigrantes do leste europeu que aqui aportaram no período anterior à 2ª Guerra Mundial, se conheceram, formaram família e criaram laços. Pode-se dizer sobreviventes, pois talvez tivessem o mesmo fim funesto dos parentes e amigos que lá ficaram.

Primo Levi foi talvez o autor mais prolífico da chamada literatura de testemunho sobre o Holocausto pelo pioneirismo, pelo número de obras publicadas e pela minuciosa e emotiva descrição das situações às quais sobreviveu. Inumeráveis vozes, como a de Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, se associaram a Levi na tarefa de tornar traços de memória incorporados em situações-limite traumáticas incompreensíveis e irrepresentáveis, passíveis de serem expressos em palavras. Entre esses testemunhos, uma psicanalista da

1. Membro Efetivo com funções específicas do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Membro titular da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

2. Psicóloga Clínico Institucional. Membro da Equipe Clínico Grupal Tortura Nunca Mais RJ (1991-2010). Coordenadora do Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro da Comissão de Anistia/Ministério da Justiça (2013-2015). Consultora externa de Territórios Clínicos de la Memoria, Argentina.

SBPRJ, Gucia Fiszman, que criança sobreviveu a Auschwitz, em depoimento a outro psicanalista nosso, Carlos Doin.

O que os levaria a reemergirem nas situações aterrorizantes e indizíveis pelas quais passaram? Dar nome, e até uma existência, a pessoas que sumiram sem deixar vestígios evanescidos no ar, sem ninguém que lhes honrasse a memória. Como nos versos de Primo Levi (2019)³: “Revê os rostos dos companheiros / Lívidos na luz primeira / Cinzas de pó de cimento / Indistintos na névoa”. Buscar algum sentido para uma experiência inominável e o fato de terem sobrevivido a ela. Respostas que talvez se encontrem na mensagem generosa que transmitem ao mundo, como nas palavras de Elie Wiesel (2021)⁴: “Para o sobrevivente que se quer testemunha... seu dever é tanto para os mortos quanto para os vivos... para as gerações futuras... Não temos o direito de privá-las de um passado que pertence à memória comum. O esquecimento significaria perigo e insulto. Esquecer os mortos seria matá-los pela segunda vez”.

Esse preâmbulo, Vera, me leva a tocar em um ponto que merece discussão e que, acredito, vai ao encontro da sua experiência com testemunhos de indivíduos que sofreram violência de Estado no período da ditadura militar pós-1964 em nosso país, além de outras formas de violências totalitárias. Primo Levi escreveu e publicou o seu hoje clássico “*É isto um homem?*” em 1947, sem qualquer repercussão. Elie Wiesel, na década de 1950, teve o seu manuscrito “*A noite*” recusado por mais de 20 editoras. Somente após o julgamento de Eichmann, em 1961, os testemunhos sobre os horrores do Holocausto passaram a ser efetivamente ouvidos.

Entendo que pode existir uma resistência psíquica inicial ao testemunho. Não falo de negacionismo do Holocausto ou negacionismo do golpe militar de 1964, porque servem a fins perversos. Falo de um mecanismo defensivo inconsciente que atinge tanto o indivíduo que sofreu o trauma, quanto o coletivo que o ouve. O indivíduo, pelo sentimento de inadequação, por achar que não vai ser ouvido, que será parcialmente responsabilizado ou pela culpa por ter sobrevivido. Ao coletivo, para evitar o contato com os terrores internos de cada um e a angústia de como a “banalidade do mal” pode corroer cada indivíduo e cada grupo.

3. Levi, P. (2019). *Mil sóis: poemas escolhidos*. São Paulo: todavia.

4. Wiesel, E. (2021). *A noite*. Rio de Janeiro: Sextante.

Você, Vera, tem um longo e importante trabalho de escuta de testemunhos nas comissões que integrou e na sua clínica. Gostaria de saber se você percebe essa resistência psíquica e como lida com a situação. Acredito que seja um bom início de conversa.

Abraço,
Bernard.

*

Rio de Janeiro, 1 de maio de 2022.

Caro Bernard e Editoras,

Somo-me aos agradecimentos às editoras pelo convite para participar desta revista, assim como agradeço ao Bernard as preciosas palavras introdutórias neste diálogo.

Pelo que vejo, assim como tantas outras pessoas, temos uma experiência de violência de Estado que atravessa as nossas existências e nos impulsiona a pensar a temática do testemunho. Um tema que contém enorme potência na produção de outros caminhos subjetivos, de movimentos, ações. Nas construções de sentido às quais o testemunho expressa sua riqueza, me refiro à Clínica e à Memória Política, dimensões que se tornam indissociáveis.

Pelos registros, foi a duríssima experiência de terror nos campos de concentração da 2ª Guerra Mundial que inaugurou o interesse e a valorização da figura do testemunho; na época, por sua contribuição nos julgamentos sobre os terríveis crimes, que passaram a ser designados como de lesa humanidade, por afetarem a todos os seres humanos. Até então, os documentos eram a fonte primordial para os processos penais, aos quais, pela destruição promovida pelos nazistas, pouco se teve acesso. O testemunho dos sobreviventes foi, portanto, a principal ferramenta que permitiu ao mundo conhecer a barbárie cometida pelo nazifascismo. O impacto sobre os horrores que humanos foram capazes de perpetrar sobre outros seres humanos elevou a figura do testemunho, que não se restringiu ao registro documental de uma realidade inaceitável. Expôs a emoção sob o terror através da força da palavra e do gesto. Afetou outros humanos que acompanharam a tragédia narrada. Por sua vez, repercutiu em vários campos do conhecimento, com a criação de normativas internacionais, bem como novos conceitos e referências teórico-clínicas.

Mais tarde, após os anos 1960 e 1970, quando a América Latina sofreu golpes civis militares, sobreviventes da prisão e da tortura, dos campos de concentração, principalmente na Argentina “*ex-detenidos-desaparecidos*”, tomaram a palavra, denunciando o que ocorria nos centros de tortura clandestinos. As atrocidades denunciadas junto a organismos internacionais passaram aos noticiários e se desdobraram em pressões aos governos ditatoriais.

Cada país latino-americano lidou com a violência do período ditatorial de acordo com suas próprias características históricas e recursos institucionais. Durante o período, a máquina destrutiva do poder estatal esteve ativa; criou uma versão negacionista sobre os crimes, estimulou o esquecimento, impôs a ideia de que a atenção da sociedade deveria voltar-se para o futuro. A verdade enclausurada, a memória abafada não pode se expressar. E, ao não encontrar canais para a escuta, prevaleceu o temor. Como bem lembrou Bernard, pelo “sentimento de inadequação”, pela predominância de uma versão avessa à verdade sobre um passado que o poder queria ocultar, “por achar que não vai ser ouvido” em sua dor e/ou pela dilacerante miséria humana de seu entorno. “Pela culpa de ter sobrevivido”, já que tantos não tiveram este destino. Alguns, pelo terror de serem tragados definitivamente pela dor e pela angústia. Outros, pela vergonha. Predominou por um longo tempo o silêncio.

Na América Latina, profissionais da área clínica começaram a receber em seus consultórios sobreviventes recém-saídos das prisões, algumas vezes na difícil e arriscada condição de clandestinidade. E, ao mesmo tempo, se depararam com as limitações dos recursos teóricos de que dispunham para lidar com o terror sobre os corpos, o que exigiu a criação de novos conceitos e referências teóricas. Foram se constituindo redes de suporte aos afetados e construídos dispositivos clínicos facilitadores para a experiência testemunhal de pessoas que passaram por situações traumáticas.

Mais recentemente, na primeira década deste século, a participação de testemunhas sobreviventes nos julgamentos sobre os crimes de lesa humanidade evidenciou os danos psíquicos produzidos pela violência de Estado e a necessidade de criar dispositivos clínicos de reparação, o que conduziu à instalação de políticas estatais de reparação psíquica em vários países que se comprometem com as medidas de Justiça de Transição. No Brasil, a experiência reparatória foi incompleta e tardia. A reparação psíquica teve a curta duração de cinco anos, de 2013 a 2017, através do Projeto Clínicas do Testemunho, criado pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Projeto, assim como todas as atividades de reparação, interrompidas com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

Lembrando as palavras de Wiesel: “o silêncio encoraja o torturador, não o atormentado”. Parece-me que esta frase faz sentido se pensarmos o atual momento de nosso país, em que torturadores são homenageados publicamente por autoridades. Sim, as medidas de reparação foram insuficientes, as que foram criadas nos últimos anos estão desmontadas pela política negacionista e revisionista. Predomina o silêncio e os que viveram as atrocidades encontram-se atormentados.

Mas, qual o tempo para se romper o silêncio? Como vencer as resistências que se impõem às narrativas testemunhais?

Há um tempo que varia a cada sujeito que vive situações desestabilizadoras decorrentes da violência intensa. Pode dar-se um alargamento ou estreitamento no tempo em narrar o que viveu. A experiência clínica com este público é a de que a disponibilidade para o acolhimento das narrativas sobre o horror é um componente fundamental, e que a existência de suportes de memória, como centros de memória, memoriais são instrumentos valiosos, facilitadores para estimular os que ainda não se puderam narrar o que lhes aconteceu. Em ambas as dimensões, o reconhecimento da tragédia humana pelo suporte clínico e/ou institucional pode conduzir à quebra do silêncio.

Neste sentido, é bom lembrar conhecidos autores que passaram pelos horrores da tortura nos campos nazistas, como o ativista Jorge Semprún, preso durante a resistência francesa. Em seu livro “*A escrita ou a vida*”⁵, título bem sugestivo para a nossa conversa, Semprún nos diz que só depois de 50 anos pôde falar sobre o que viveu nos campos. Primo Levi é uma das poucas exceções entre os sobreviventes. Ao ser liberado, tentou comunicar o que havia visto e vivido; na ocasião, não houve uma resposta de acolhimento às suas palavras. Levi não desistiu, esteve disposto a narrar o que lhe havia passado e, anos depois, conseguiu publicar seu primeiro livro. E muitos se seguiram. O que o moveu a não se intimidar e abandonar o projeto de comunicar o que viu e viveu? Podemos inferir que seu ativismo político o impulsionava a coletivizar a dura experiência, a deixar um legado para que o horror da desumanização não se repetisse. E, do ponto de vista da dinâmica psíquica, talvez possamos dizer que teria sido um modo ativo de expulsar o mal que lhe haviam infligido, a dor que permanecia e não lhe permitia esquecer. Uma resistência à opressão do poder mortífero da experiência concentracionária, aliada a um impulso que lhe permitiu romper a resistência psíquica,

5. Semprún, J. (1995). *A escrita ou a vida* (trad. Rosa Freire D’Aguiar). São Paulo: Companhia das Letras.

enfrentar a dor e o temor de ser tomado pela angústia e narrar suas experiências através da prosa e dos poemas. Uma tarefa inesgotável, enriquecida pela ficção que acompanha a memória dos que testemunham.

A experiência clínica indica que a quebra da resistência psíquica de pessoas que viveram situações-limite pode ser facilitada pelo acolhimento de quem escuta, pelo contexto em que estejam inseridas. Indica também que a determinação das testemunhas em falar pode ser impulsionada pelo compromisso com a luta política, contra a opressão do silêncio sobre a injustiça. Ambas concorrem na dinâmica psíquica.

O trabalho clínico grupal, os acontecimentos e contextos políticos, por sua vez, tornam-se operadores importantes na quebra de resistências psíquicas. Mas, Bernard, este assunto pode ficar para outra conversa, não é?

E, para finalizar nossa conversa hoje, se a memória dos acontecimentos é matéria para o trabalho clínico – que, pela escuta, possibilita novos sentidos, ressignificações da experiência dilacerante, permitindo a potencialização da vida –, os testemunhos, ao serem lançados publicamente, expõem a dimensão coletiva do dano, constroem uma memória coletiva sobre a injustiça. Por sua vez, constroem a Memória Política de um período histórico, impulsionando mudanças na vida social e política. A intrincada e complexa relação entre o individual e o coletivo, entre o privado e o público ganha, através do ato testemunhal, outras configurações.

Bernard, seguimos!

Um abraço,

Vera.

*

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2022.

Cara Vera,

Foi com grande satisfação que recebi a carta que dá continuidade ao nosso diálogo. Acredito que o texto introdutório que lhe encaminhei é responsável por uma pequena parcela da sua resposta consistente e plena de energia, mas certamente a maior parte do que está ali se deve à prática institucional e experiência clínica que você vem construindo sobre o tema *Testemunho*.

Você traz diversos pontos de interesse para desenvolvermos a conversa. Destaco o seguinte: “Mas, qual o tempo para se romper o silêncio? Como vencer

as resistências que se impõem às narrativas testemunhais?” Realmente, há uma grande variabilidade de respostas encontradas a nível individual. Como você mencionou, se um grupo, uma comunidade ou uma nação resolvem mexer nas feridas abertas, conseqüentemente criam um ambiente facilitador (Winnicott). Aquele que testemunha e aquele que ouve podem compartilhar o sofrimento, seja por terem vivências similares ou por meio da escuta empática. Por outro lado, esse aspecto também é fator de resistência psíquica, porque a verdade, como enfatizou Bion, sempre implica em uma catástrofe emocional, apesar de ser o primeiro passo para a transformação. Verdades também doem. No nível coletivo, o testemunho dos que sofreram a violência de Estado toca nos silêncios dos que talvez pudessem ter falado ou agido para minorar a dor daqueles. Sabemos o quanto é difícil estar sob jugo ditatorial, mas as conveniências e necessidades de sobrevivência pretéritas que desembocaram em omissões ficam sob escrutínio a partir dos relatos testemunhais.

Há situações como a de Jorge Semprún, lembrado por você, que precisou de 50 anos para romper o silêncio. Alguns sobreviventes de campos de concentração constituíram famílias que, por muitos anos, desconheciam o que eles haviam passado. Nesses casos, entendo como uma negação grupal inibidora da curiosidade, mas necessária para a sobrevivência psíquica familiar. As reações ao trauma têm várias faces.

Primo Levi, como um dos pioneiros da literatura de testemunho é, para mim, emblemático. Ele foi preso mais próximo ao final da 2ª Guerra como membro da Resistência italiana, experiência que gerou um livro ficcional-auto-biográfico “*Se não agora, quando?*”⁶. Pelo fato de ser judeu, foi deportado para Auschwitz. Concordo que o ativismo político foi um fator importante que o impulsionou a testemunhar, como está no seu texto: “um modo ativo de expulsar o mal que lhe haviam infligido, a dor que permanecia e não lhe permitia esquecer”. Apesar de todas as possibilidades que a sua extensa obra testemunhal, ficcional e poética lhe ofereceu para aplacar a dor, teria conseguido tal intento? O suicídio dele é, de certa forma, desnorteador. Talvez tenha sido um ato independente da experiência dolorosa durante a guerra e estaria mais próximo ao que ocorre com muitos que, na velhice, em um momento depressivo, desistem. Publiquei um trabalho na Revista Brasileira de Psicanálise cujo tema central era *Suicídio*, em que falo sobre ele. Transcrevo aqui um trecho: “caberia pensar também que, apesar de toda a simbolização que indivíduos como Primo Levi

6. Levi, P. (2014). *Se não agora, quando?* Portugal: Dom Quixote.

são capazes de criar, pode haver um ponto do trauma que nunca é escutado nem transformado” (Miodownik, 2019, p. 74)⁷.

Outro fator que gostaria de abordar com você é o que entendo como um dos motivos que leva os sujeitos que sofreram a violência de Estado a evitarem o assunto. A dúvida sobre a própria capacidade, diante da desestruturação que o trauma provoca, de não se desorganizarem de vez devido aos próprios sentimentos de ódio. Não o ódio legítimo que deseja e faz buscar justiça, mas o ódio derivado de emoções mais primitivas, que faz eclodir o desejo de vingança, uma parte até pela identificação com o agressor. Este último, suponho, pode ser paralisante e bloquear testemunhos. E aqui surge mais um tema correlato e complexo, a anistia (perdão) aos perpetradores.

Você me convida para conversarmos sobre o trabalho clínico grupal e sua junção com os acontecimentos e contextos políticos. Isso eu quero ouvir da sua experiência nos atendimentos a esses sujeitos. Como você lida com a sua contratransferência, se pode haver uma identificação excessiva através de ideologias políticas similares entre ambos, que venha encobrir os aspectos psíquicos da subjetividade própria de cada um e de cada relação.

Assunto não falta. Vamos em frente. Abraço,
Bernard.

*

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2022.

Caro Bernard,

Mais uma vez, agradeço as tuas precisas e instigantes considerações neste diálogo sobre o testemunho. Um enfoque sobre o testemunho, como apontado no início de nossa conversa, de pessoas afetadas pela violência de Estado no passado e no presente e suas implicações psíquicas, e levando em conta os efeitos devastadores, nos provoca inevitavelmente a pensar nas produções subjetivas, assim como em estratégias clínicas.

As suas palavras têm sido um estímulo para pensar e tentar avançar na complexidade da temporalidade que atravessa o ato testemunhal. Tempos di-

7. Miodownik, B. (2019). Suicídio: uma dificuldade na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 53(4): 67-81. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v53n4/v53n4a05.pdf>

versos, como apontamos; alguns, ao saírem dos campos de concentração, não economizaram palavras e afetos, como o Primo Levi, e outros, como Semprún, levaram muitos anos.

Sim, trata-se de uma situação complexa que envolve a singularidade das experiências de vida, dos recursos psíquicos de que o sujeito dispõe, e que nos convoca a pensar sobre o rompimento das resistências psíquicas frente ao trauma e o contexto histórico em que se dá. A partir destas duas dimensões que se atravessam e articulam, já temos um mundo de situações e questões.

Pela experiência clínica de tantos anos com afetados pela violência da ditadura – perseguidos, torturados, familiares de mortos e desaparecidos políticos –, pude constatar uma enorme variedade de situações que dificultam e/ou facilitam a narrativa do testemunho. Tudo leva a pensar que as barreiras da resistência psíquica estejam associadas a um período histórico, a uma conjuntura. Afinal, somos seres afetados permanentemente pelas produções de subjetividade que circulam no mundo, bem como as políticas estatais. Afinal, os agentes de Estado foram os perpetradores de violência, rompendo o pacto de proteção do Estado sobre os cidadãos. Esta é uma especificidade do dano, da qual não podemos nos esquivar.

Se o contexto político é favorável ao reconhecimento do dano, o desejo de verdade poderá se manifestar com mais intensidade, rompendo as resistências psíquicas atravessadas pela dor do trauma. Certamente este é um processo carregado de lacunas (Agamben, 2003)⁸, de falhas e silêncios, como você menciona: “pode haver um ponto do trauma que nunca é escutado nem transformado”. Um processo difícil, doloroso, carregado de dúvidas e angústias, de medos.

Ao se dar a ruptura da resistência psíquica e a conseqüente elaboração do testemunho, esta produção se faz ao desmontar as amarras do silenciamento imposto pelas produções de subjetividade dominantes, do esquecimento que a distância do acontecimento também produz.

No Brasil, estes fatores pesaram enormemente: 21 anos de regime ditatorial deixaram marcas profundas na sociedade, marcas que reverberaram na vida daqueles que tão tardiamente tiveram o reconhecimento da violência brutal sobre seus corpos. Medo, vergonha e desconfiança foram alguns dos sentimentos que povoaram a vida daqueles que experimentaram os horrores. O impacto psíquico do trauma se reiterou pelos efeitos do silenciamento imposto.

8. Agamben, G. (2003). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo.

Portanto, romper a barreira do silêncio sem o suporte da escuta e do reconhecimento tornava-se uma tarefa quase impossível. Expor a família às atrocidades a que foi submetido, sem garantia de reconhecimento, levou à fantasia do risco de desestabilização de si e dos membros, de desagregação dos vínculos. Pais que não comunicaram aos filhos e filhos que temeram perguntar sobre o acontecido a seus pais revelam o receio da transmissão recíproca e incontrolável da angústia, da dor do trauma. E da vergonha de haver experimentado situações tão aviltantes. Tive a oportunidade de ver este acontecer em várias famílias, e a experiência grupal no contexto da reparação permitiu uma recondução da comunicação entre familiares, não sem grandes dificuldades, como surpresas.

Podemos dizer que o ato de reconhecimento estatal impulsiona a ruptura da resistência, dando voz à testemunha sobre uma verdade até então abafada que, ao se apresentar no horizonte político de uma sociedade, atualiza os acontecimentos, reaviva a memória. Este é um efeito multiplicador que não se distancia do que pode ser verificado nos grupos. A trava da resistência, o medo da dor e de ser tomado pela angústia permite ao sujeito, ao escutar experiências de vida similares à sua, localizar pistas no contexto em que se deram as violências relatadas, tecer pontos de identificação com aquele que relata. Como você apontou, “no nível coletivo, o testemunho dos que sofreram a violência de Estado toca nos silêncios dos que talvez pudessem ter falado ou agido para minorar a dor daqueles”. Ou ainda, em silêncios, em produções inconscientes. No trabalho grupal, se apresentam produções subjetivas heterogêneas. Nos espaços de acolhimento que facilitem o fortalecimento da confiança entre participantes, a experiência grupal tem sido valiosa na construção de testemunhos. Apoia-se no reconhecimento do que aconteceu, um reconhecimento de si mesmo e do outro através da escuta recíproca. Um atravessamento de experiências humanas que irão constituindo uma rede de afetos e de palavras, estabelecendo vínculos. Palavras que muitas vezes explodem, revelando o ódio contido e deslocado. Mas o ódio primitivo pode dar lugar àquele que busca a justiça por intermédio da construção do testemunho que, por sua vez, vai ganhando uma configuração, uma escritura. O testemunho se faz em ato de escritura, ainda que incompleta, no que o sujeito pode construir de suas lembranças e lacunas. É uma produção em um trabalho “de ficção e de escrita” (Rousseaux, 2015, p. 107)⁹.

9. Rousseaux, F. (2015). La asistencia a víctimas de delitos de lesa humanidad hecha política pública. Del acompañamiento en los juicios contra el terrorismo de Estado a la creación del Centro Fernando Ulloa. In F. Rousseaux, *El ex detenido-desaparecido como testigo de los juicios por crímenes de lesa humanidad* (pp. 93-110). Buenos Aires: Fundación Eduardo Luis Duhalde.

É, por sua vez, memória, leitura no presente sobre o passado, com a potência de construir futuro.

Se o Estado se incumba de assegurar políticas públicas de reparação, dentre elas a construção de memória, o dever de memória como legado para as futuras gerações potencializa o desejo de testemunhar. Em condições favoráveis à verdade, por exemplo, o Estado assumiu medidas de reparação, criando organismos com esta finalidade – dentre estas medidas, o Projeto Clínicas do Testemunho, na Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, reconhecendo a gravidade do dano psíquico. Este projeto de reparação psíquica, que deveria levantar subsídios para uma política pública nacional, funcionou por apenas cinco anos, interrompido pelos rumos incertos tomados pelo país, sofrendo uma reorientação de cunho negacionista e revisionista que desmontou o trabalho de reparação das Comissões.

Como na Comissão da Anistia e nas Comissões da Verdade, nacional, estaduais e municipais, o desejo de testemunhar, de expor a verdade, se revelou na construção da memória individual que se multiplicou em coletiva. Um processo tardio de reconhecimento estatal sobre a experiência de violência, de injustiça. Para muitos, que viveram esta experiência testemunhal junto às Comissões, o efeito foi reparador, potencializou novas formas de vida, pensamento crítico, em que pese a ausência de testemunhos no âmbito da justiça, dívida antiga do Estado brasileiro ainda não saldada.

Perdão ter me alongado tanto neste enfoque. Parece-me necessário considerar o autor das violações, o dano psíquico e a reparação. Caso contrário, a repetição se mantém e estes crimes bárbaros não terão a chance de ser contidos.

Bernard, gostaria de ler o teu artigo mencionado. Pode me mandar?

Um forte abraço! Até a próxima!

Vera.

*

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022.

Cara Vera,

O nosso diálogo flui pelos intrincados caminhos que levam às difíceis questões relativas ao testemunho de vítimas de violência de Estado. As barreiras e resistências ao testemunho entre os que sofreram essas violências, ponto comum de nossa interlocução, não têm se apresentado aqui até agora quanto

às elaborações que vamos realizando, apesar da intensa carga emocional que o tema nos coloca. Fundamental que essa conversa tenha se dirigido, como na sua recente carta, através da experiência que você tem acumulado em atender os que sofreram na própria carne, durante a ditadura militar, as dores físicas e psíquicas infligidas. Abrir o espaço para essas dores específicas é uma função psicanalítica.

Você toca em pontos importantes que remetem ao trabalho psicanalítico: a escuta sensível e cuidadosa, que respeita o tempo do sujeito para que a emoção se junte à palavra; correlato a isso, o desvelar gradativo das resistências, possibilitando ao Eu estruturar condições mínimas para enfrentar conteúdos emocionais intensos sem se desorganizar em excesso; a abordagem da relação intersubjetiva interno-externo.

O recente Congresso Brasileiro de Psicanálise da FEBRAPSI enfatizou, em seu tema principal, a ligação Eu-mundo. A proposta foi a de mostrar não somente uma preocupação dos nossos psicanalistas com as mazelas da sociedade na qual estamos inseridos, como também o quanto as situações da cultura configuram subjetividades. Percebemos mais claramente essas subjetividades presentes nos primeiros vínculos da criança com o ambiente primitivo e a forma como influenciarão os sujeitos, inclusive através de transmissões transgeracionais.

Em relação aos que sofreram a violência de Estado, interessa-me entender como cada sujeito inclui o fato traumático na própria história, para que possa ter um sentido de continuidade subjetiva. Talvez aí seja possível compreender as negações, as dissociações que surgem como necessidades de sobrevivência psíquica e como mecanismos inconscientes para evitar uma ruptura psíquica, em que sobressaem a fantasia ou a concretização de um estado psicótico. Por outro lado, alguns conseguem colocar o fato traumático como um acontecimento da história pessoal, não sem sofrimento, é óbvio. Sei que estou me repetindo, Vera, mas acho importante salientar novamente esses pontos.

De maneira muito apropriada você colocou ser “necessário considerar o autor das violações, o dano psíquico e a reparação”. Nas suas cartas, você aponta como é preciso haver condições políticas e um Estado disponível para criar um contexto favorecedor que cumpra essas tarefas através de um apoio institucional e grupal. Não é o caso do nosso país em relação ao período da ditadura militar. Mencionaste o pouco tempo em que as comissões funcionaram, além do início tardio para serem instaladas em relação ao período em que essa violência específica ocorreu. Não houve reparação judicial e, principalmente, negou-se a responsabilização dos autores das violações. O que me fez cogitar que o negacionismo e os acordos acobertadores da época podem

ter sua origem num traço cultural que vê na acomodação dos contrários uma forma de solucionar conflitos.

É uma lição básica da psicanálise que o que não é elaborado no psiquismo retorna como sintoma. Primeiramente, o sintoma se estruturou de forma capilar e explícita na criminalidade, no arbítrio policial algumas vezes associado com a convivência, na violência doméstica, na perseguição às minorias, no feminicídio, no racismo e outras segregações. Nada que não existisse antes, mas permaneciam sub-reptícias e sorrateiras, corroendo o tecido social. E, em tempos mais recentes, talvez seja uma das várias hipóteses sobre a violência retórica e física que nos assola, como se os porões ressurgissem na superfície. Fenômeno que se potencializou na medida em que grupos excluídos começaram a reivindicar e conquistar espaços sociais e simbólicos mais amplos. A partir daí, gerou-se ressentimentos nos que se escudavam num pretense e ilusório acordo quanto aos “direitos adquiridos” para manter espaços protegidos. E ressentimentos resultam de injúrias ao narcisismo de indivíduos e de grupos, o que faz com que os caldeirões de ódio fervam e exacerbem os níveis de intolerância de toda ordem.

Paro por aqui, Vera. Enviei o trabalho que você pediu. Agradeço o seu interesse. Participei desse diálogo com grande satisfação por conhecer você e o seu trabalho e pela fértil troca que pudemos estabelecer. Até outra oportunidade de conversarmos. Grande abraço,

Bernard.

*

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2022.

Caro Bernard,

Sim, tem sido muito bom poder manter este diálogo sobre este tema que nos toca e guarda uma enorme potência para pensarmos as produções subjetivas que atravessam o sujeito e a sociedade. Pensar o testemunho como potência de vida dos que se autorizam a quebrar o silêncio e a testemunhar sobre a violência que sofreram. Uma experiência que envolve o desafio de arriscar-se a uma reordenação de seu corpo afetivo/psíquico. E, concomitantemente, lançar-se na construção da memória política, um legado social para a não repetição, para o “nunca mais”.

Sabemos que a busca da verdade é um propósito antigo registrado na História. Já nos conta Foucault que a verdade foi experimentada na Grécia Antiga como um valor imprescindível da nascente experimentação democrática

e as autoridades zelavam por esta construção social. Desde Auschwitz, a verdade portada pelos testemunhos dos sobreviventes tornou-se uma referência sobre os horrores vividos nos campos de concentração nazistas. E constituiu, a partir daquele momento histórico em que a humanidade viu estampada a sua face mais cruel, um compromisso ético contra o esquecimento e a negação. Compromisso que se traduz no dever da verdade e da memória, e da afirmação da não repetição dos horrores. Uma tarefa que vem de longe e convoca as sociedades ao “dever de memória”. E, é bom lembrar, que dos tempos terríveis do nazifascismo e por intermédio da terrível política da “solução final”, com a destruição de corpos e documentos, a estratégia foi a de anular. Destruir existências e corpos, evidências, obscurecer restos e rastros da barbárie e, em especial, aniquilar a dimensão do humano dos que estiveram confinados nos campos.

Assim, o testemunho ganha relevância histórica como portador de uma verdade que se quer apagar, anular, negar o acontecimento e as circunstâncias. Por sua vez, o testemunho é um dispositivo que aciona novos modos de vida de quem narra e de quem escuta. Gagnebin (2006)¹⁰ nos ajuda a pensar o efeito subjetivo da narrativa do testemunho sobre os que escutam. Em “*Lembrar, escrever, esquecer*”, menciona várias vezes o conhecido e insistente sonho de angústia de Primo Levi, sonho repetitivo em que ele quer contar o que aconteceu e todos os presentes dele se afastam. Problematizando a figura da testemunha portadora de uma experiência trágica, Gagnebin diz: “testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (p. 57).

Os que acolhem a narrativa trágica do sujeito e se deixam afetar, produzindo diferenças em suas vidas, tornam-se Testemunhas Ampliadas da tragédia. Em nossa tarefa de escuta clínica, também ocupamos a posição de testemunha ampliada da condição traumática. Sabemos que a experiência traumática leva, de certa forma, à impossibilidade do “esquecimento” do ocorrido, decorrente do impacto sobre o sistema psíquico, que se apresenta sob a forma de sintomas, atos falhos etc.; numa memória abafada pela repressão e insistente na repetição.

10. Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34.

Condição importante para a elaboração simbólica do trauma é a da garantia de reconhecimento da violência e a existência de suportes de escuta. Suporte de escuta na clínica e reconhecimento no espaço social, com políticas públicas de atenção clínica, de memória e justiça penal aos executores e mandantes dos crimes. Em nosso país, como apontado anteriormente, muito longo foi o período de silêncio, quer pela repressão política e negação das autoridades, como pela estratégia de apagamento dos crimes de lesa humanidade, tortura, execução sumária e desaparecimento de opositores à ditadura e de segmentos considerados indesejáveis ao regime.

Na ausência de suportes de escuta – de reconhecimento social e estatal –, a privatização do dano marca a existência dos que experimentaram em seu próprio corpo a violência de agentes de Estado, expressão da barbárie. Barbárie em que a condição de humano lhes foi retirada e a dignidade profundamente aviltada. Não são poucos os relatos dos afetados sobreviventes em que esteja presente o sentimento de terem sido alçados à condição de párias. Como párias sociais, seres desconectados, portam em seus corpos a privatização do dano e a ruptura de laços, forjadas no ato violento da tortura.

Os portadores de traumas, ao não encontrarem canais de reconhecimento para dar lugar à palavra e ao escoamento da dor, repetem. Podemos dizer que a repetição é um efeito da repressão psíquica, de um certo “esquecimento”, e por isso mesmo retorna, insiste. O inconsciente carregado de memórias retorna através de pesadelos, atos falhos, sintomas. Efeitos que se revelam também através de “negações, dissociações por necessidade de sobrevivência psíquica, como mecanismo inconsciente para evitar uma ruptura psíquica”, como você aponta.

Mas, o que facilita ou permite a ressignificação desta experiência traumática? Para além da já mencionada reparação psíquica inserida em políticas públicas de reparação, uma vez que se trata da violência de Estado, algumas pistas se apresentam. Dentre elas, a escuta acolhedora e qualificada, por alguém que suporte o sofrimento daquele que tenta encontrar meios de comunicar-se e romper a barreira que o separa dos outros seres humanos, reconstituindo ou mesmo estabelecendo laços com outros seres, como menciona Seligmann-Silva (2008)¹¹.

11. Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, 20(1): 65-82. Recuperado de https://www.scielo.br/j/pc/a/55BM8yKJG5T_xK56Zv7FgDXS/

O testemunho é um dispositivo autoral. De reconstrução psíquica na busca e destinação de outros sentidos ao acontecimento. A possibilidade de narrar a experiência traumática permite ao sujeito ganhar novas expressões sobre o vivido. As fragmentações, as lacunas nas lembranças, as ausências de nexos, as ideias ameaçadoras muitas vezes fixadas no psiquismo, revelam a dificuldade de colocação em palavras das imagens que marcam a experiência traumática. Narrativas testemunhais incompletas e fragmentárias podem receber novos contornos e reordenar a dinâmica psíquica do sobrevivente. Como dissemos anteriormente, o trabalho grupal é, portanto, um dispositivo clínico especial para este processo. Por encontrar ressonâncias e conexões entre as experiências, por dar vazão e lugar àquilo que foi “esquecido” e criar novos sentidos. Narrativas carregadas de emoções retiram a dor do âmbito privado que, lançadas num coletivo, reconstróem laços. Após uma sessão na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, uma paciente que apresentou seu testemunho público revela em seu grupo terapêutico, com grande emoção: “Senti que aquele público presente na audiência, que aquelas pessoas me olhavam atentas e ouviam o meu testemunho, elas estavam falando comigo, acreditavam em mim”.

As memórias dos testemunhos da verdade constroem outras memórias, individuais e coletivas. Reconstróem laços.

Se atravessamos tempos férteis em que as palavras testemunhais, titubeantes e doloridas podiam ser lançadas nos espaços públicos através dos organismos criados para fortalecer a verdade e a memória, permitindo reconstruções psíquicas carregadas de angústias e dores, hoje vivemos sob os ataques às frágeis instituições deste país, com a intensificação da violência. O ódio anda à solta. Mas, não podemos deixar de considerar a sua proveniência. O ódio como afeto desagregador tem sido estimulado e dirigido a partir do núcleo de poder. Com desprezo à vida e aos que sofrem, com mentiras, com o fomento às armas, à destruição da vida e da natureza, tem-se mobilizado as manifestações mais arcaicas de uma sociedade marcada pela violência brutal desde a sua colonização. O domínio pelo medo e violência está em cena. Os efeitos da violência atual se atualizam, trazendo as marcas do passado mais longínquo e das ditaduras.

Fico contente, Bernard, de dialogar sobre este tema tão especial neste cenário. Sem dúvida, a importância do testemunho é indispensável como dispositivo de visibilização do que foi e do que é a violência de Estado. Se não encarmos o nosso passado, vamos repeti-lo, não é?

Obrigada pelas palavras e por seu texto tão rico e interessante sobre suicídio.

Pela fertilidade deste nosso diálogo, pelo acolhimento de uma experiência pioneira de reparação psíquica, envio a primeira publicação do Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro, constituída por artigos dos profissionais implicados no dia a dia do Projeto, e dos pacientes que brindaram com poemas, textos, imagens, numa produção coletiva.

Agradeço igualmente às editoras que escolheram o tema e proporcionaram esta nossa conversa!

Um enorme abraço,
Vera.

Bernard Miodownik
betchkov@uol.com.br

Vera Vital Brasil
veravitalbrasil@gmail.com